



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; À IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA (CPI – PETROBRAS)

RELATÓRIO DE VIAGEM – CURITIBA **(REUNIÃO NA 13.ª VARA FEDERAL DE CURITIBA)**

Em atendimento ao requerimento nº 643/2015, de autoria do Deputado Hugo Motta, acompanhei a Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobrás à diligência externa na cidade de Curitiba – PR, no dia 24/04/2015, consistente na realização de reunião na 13.ª Vara da Justiça Federal, situada naquela Capital. De acordo com o requerimento aprovado na Comissão, o objetivo da diligência era “a realização de diligência externa na cidade de Curitiba - PR com o objetivo de ultimar providências no sentido do compartilhamento de informações das ações decorrentes da Operação Lava Jato, sob responsabilidade jurisdicional do Juiz Sérgio Moro, da 13.ª Vara Federal de Curitiba”. O referido requerimento foi aprovado no dia 14/04/2015 na CPIPetro.

Embarquei no dia 23/04, em voo TAM, às 20h05, partindo do Aeroporto Internacional de Brasília — Presidente Juscelino Kubitschek, com destino ao Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, chegando aproximadamente às 22h, em conjunto com diversos Deputados que compõem a CPI. Ao chegar ao Aeroporto, fomos recepcionados por uma equipe da Polícia Federal, comandada pelo APF Quadros, que nos esperava com o encargo de efetuar a segurança, proteção e transporte da comitiva desde a chegada ao aeroporto e durante todo o período em que a Missão Oficial permanecesse na cidade de Curitiba, e conduzidos ao Bourbon Curitiba Convention Hotel.

No dia seguinte, às 07h, reuniram-se os Deputados no restaurante para o café da manhã e uma breve reunião anteriormente tratada com vistas a uniformizar o entendimento quanto à condução e o desenvolvimento da reunião que logo mais se realizaria.

Às 8h30 a guarnição da Polícia Federal nos aguardava à porta do Hotel e nos dirigimos rumo à Av. Anita Garibaldi, nº 888, 2.º andar, Bairro Ahu, sede da Justiça Federal, 13.ª Vara. Chegamos por volta da 8h50 no Fórum. Exatamente às 8h55 os



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETEAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; À IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA (CPI – PETROBRAS)

Deputados foram recebidos na sala de audiências pelo Juiz Sérgio Fernando Moro e pela Diretora de Secretaria da 13ª Vara Federal, Dra. Flávia Bianco, tendo o Juiz aberto à reunião colocando-se à disposição de todos.

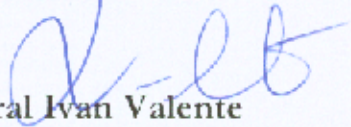
A reunião entre os parlamentares e o Juiz Federal Sergio Moro tratou, entre outros assuntos, o compartilhamento com a CPI – Petrobras das informações dos processos da Operação Lava Jato, sob responsabilidade daquele Juízo, e também os Requerimentos para oitiva de presos relacionados aos mesmos processos, na cidade de Curitiba.

Fiz o uso da palavra, alternadamente, com outros Deputados, suscitando questionamentos e dúvidas que eram respondidas pelo Juiz Sergio Moro. Ficou definido, entre outras questões, o compartilhamento das informações mediante credenciamento de servidores da Câmara dos Deputados e também com abertura da possibilidade de realização das oitivas, conformando-se as agendas do Juízo com as da Comissão. Ficou autorizado também o acesso pela CPI a outras informações sigilosas constantes de mídias digitais em poder do Juízo, bastando que representante da CPI devidamente credenciado se apresente ao Juízo com mídia gravável para reprodução, assinando termo de responsabilidade.

À saída, os parlamentares concederam entrevistas à imprensa que se encontrava diante do edifício da Justiça Federal, sendo em seguida conduzidos ao Hotel pela equipe de segurança da Polícia Federal, a qual veio a ser dispensada pelos parlamentares, por não haver mais necessidade da proteção.

Não havendo mais atividades a realizar durante o dia, dirigi-me ao Aeroporto Afonso Pena e embarquei para o aeroporto de Congonhas, na cidade de São Paulo.

Brasília, 16 de Julho de 2015


Deputado Federal Ivan Valente
PSOL/SP